



ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



Vol.2 – Nº 6
MAIO-AGOSTO/2024
ISSN: 2965-2235

A Pax Israelensis: uma proposta de análise para a compreensão crítica da política social genocida na Palestina

Bernardo Kocher*

O senso comum nos indica que a entidade sionista que ocupa a Palestina é um típico Estado Nacional soberano acossado pelo terrorismo perpetrado por grupos religiosos radicais que são instigados, armados, treinados e financiados pela República Islâmica do Irã. Esta é uma interpretação idealizada e tipicamente liberal - e, portanto, ocidental do ponto de vista político - que embasa a percepção do que deva ser um Estado Nacional ideal. A atual crise humanitária que se abateu sobre o povo palestino, por conta de uma política social genocida praticada pelo Estado sionista, parece indicar que necessitamos de elementos críticos a esta percepção para caracterizar a causa desta situação. Em outra chave, esta visão está imbuída, conforme nos ensina Edward Said (2007), de um profundo conteúdo “orientalista” quando aplicada à História dos Estados Nacionais do Oriente Médio.

Por este caminho analítico, a visão do *mainstream* ocidental sobre a crise no Oriente Médio transforma-se numa visão piegas que só enxerga uma eventual anomalia imposta à vida normal dos descendentes dos sobreviventes do Holocausto do povo judeu. Estes mereceriam ter uma vida normal em uma nação que os proteja de quaisquer ameaças de sofrerem perseguições e políticas de extermínio da sua existência. Este direito teria sido adquirido em maio de 1948 com a declaração de independência e estaria ameaçado, pois a operação “tempestade de Al Aqsa” provocou uma “ameaça existencial” ao Estado sionista por parte de terroristas oriundos do radicalismo islâmico.

Nossa proposta de observação deste fenômeno, que possui uma colossal exposição midiática em função da reação aos episódios ocorridos em 7 de outubro de 2023, requer uma outra apuração analítica. Temos em mente nos distanciar desta visão perfeccionista que percorre a História tradicional do Estado sionista, indicando uma forma crítica e não negacionista do problema palestino visando a compreensão das origens e desenvolvimento da implantação desta instituição em terras majoritariamente ocupadas até 1947 por uma sociedade que ali habitava havia milênios, e que é chamada de Palestina. Temos em mente que, dadas muitas caracterizações de uma História crítica do que ocorreu na expulsão do povo palestino de suas terras, já apontadas amplamente tanto por historiadores palestinos quanto israelenses (CLEMESH, 2023), precisam ser aprofundadas com estudos para caracterizar quais as causas tanto da sua origem quanto

da perpetuação da espoliação e agressão ao povo palestino que ainda subsiste precariamente e em condições de brutal repressão da sua existência e identidade nacional nas cercanias de suas propriedades territoriais.

A importância da guerra de independência da Argélia para a compreensão crítica do Estado sionista

Durante a guerra de independência da Argélia, iniciada em 1954, com a dominação colonial francesa em colapso, surgiu na metrópole francesa a percepção de que o problema da rebelião (que levaria a colônia do norte da África à independência em 1962) se devia aos maus colonos enviados pela França. Como ali a presença de moradores colonizadores era a maior do mundo ágio-africano (1 milhão de europeus em meio a 9 milhões de habitantes locais) esta desproporção parecia conter algum sentido. Para contestá-la Jean-Paul Sartre, vibrante militante anticolonial, revisou este preceito em texto lapidar sobre o assunto, demonstrando que a rebelião dos colonizados não era contra uma má gestão administrativa dos colonizadores (SARTRE, 1968). Pelo contrário, a colonização foi definida como um **sistema** e este passava por uma crise terminal devido à nova correlação de forças do pós-guerra. Nesta conjuntura, demarcada pela Guerra Fria e, no plano interno europeu, pela construção do Estado de Bem-Estar, o colonialismo tornou-se anacrônico. Foi através do esforço de guerra promovido pelos colonizados que esta situação se explicitou. Este último ponto é o que tomaremos como base para uma reflexão analítica para a compreensão da situação do povo palestino. Para o filósofo francês, era incompatível a existência da democracia e dos direitos sociais nas metrópoles com a prática de métodos fascistas nas colônias. Estes foram utilizados para combater o que ficou consagrado como “insurgência” (GALULA, 1964). Sem sombra de dúvidas foi a declaração de guerra pela Frente de Libertação Nacional argelina que levou o colonialismo como um todo (e não só o francês) à contradição máxima na correlação entre consenso (democracia e bem-estar social) e coerção (métodos fascistas de governar as colônias), corroendo os alicerces da dominação colonial.

A crise argelina expôs como em nenhum outro sítio dominado pelo imperialismo europeu o fim do colonialismo como um todo. O que demonstra esta tese é o fato de que nas démarches da crise argelina o sistema político francês da IV República também entrou em crise e, surpreendentemente, as forças militares presentes na colônia tentaram interferir (defendendo os interesses dos colonos) na condução do governo central. Ou seja, a colônia tentou governar a metrópole! Esta insustentável situação marcou de forma clara o fim da colonização europeia na África e na Ásia. Mas, ainda, a independência

argelina não foi um fato isolado: junto com a realização da Conferência de Bandung (1955) e a invasão do Canal do Suez (1956) no momento exato da repressão soviética na Hungria, a independência da Argélia se constituiu num foco para a formatação da independência total das colônias asiáticas e africanas.

Malgrado o que tem ocorrido na Palestina desde 1948 seja um caso único, o sionismo também deve ser visto como um sistema. Afirmo a necessidade de se pensar desta forma, acompanhando Sartre por analogia, já que variados estereótipos (como o analisado acima) têm sido produzidos para caracterizar a tentativa de destruição da população palestina da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Nossa hipótese de trabalho para analisar a especificidade do Estado sionista como uma instituição exclusiva do povo judeu é que nele não há uma contradição operante entre a democracia e práticas fascistas, como veremos abaixo. Se tal situação existisse, como o ocorrido na crise do colonialismo francês analisado por Jean-Paul Sartre, o Estado sionista simplesmente não seria viável já que uma crise institucional próxima da que inviabilizou o domínio europeu da Ásia e África ameaçaria de morte o Estado sionista. Todo este intrincado conjunto de relações de poder acaba por criar um mito: a ideia defendida pelos sionistas de que seu Estado é a “única democracia do Oriente Médio”. A nossa versão desse aforismo é que o sistema sionista é uma democracia burguesa absolutamente perfeita! Nesta realidade, a emancipação dos judeus massacrados pelo holocausto produziu uma valoração positiva, abstrata, irreal e idealizada do que é o Estado sionista, maximizada pelo fato de que este foi criado no mesmo momento em que o colonialismo estava sendo derrogado. Por outro lado, essas características únicas da natureza intrínseca do sistema sionista produzem automaticamente tanto o apagamento social da memória coletiva do povo palestino, quanto uma espécie de periferização no interior do sistema internacional de sua ótica sobre o que tem se passado desde o Nakba. Tal simultaneidade ajudou a consolidar a mitificação (até religiosa) da visão que o liberalismo político criou para explicar, justificar, financiar e legitimar o Estado sionista, mas não o Estado palestino.

Se a crise argelina expôs a impossibilidade de uma coerção praticada pelo Estado francês em níveis elevados (e até maiores do que o consenso) no caso do sionismo criou-se, em nosso entendimento uma peculiaridade que lhe dá as condições institucionais de sobrevivência há setenta e seis anos. No Estado sionista o consenso (válido somente para a população de origem judaica) e a coerção (aplicado ao controle da insurgência da população palestina e/ou sua expulsão das terras que ainda ocupa) são aplicados em escala máxima e total o tempo todo. Não há, como no caso do “sistema” colonial típico, uma contradição entre uma dimensão e outra. A questão que nos cabe, então, é entender

como a fórmula “Estado sionista = consenso máximo + coerção máxima” funciona do ponto de vista socioeconômico. Pretende-se aqui abandonar certos clichês sobre as causas da política social genocida contra o povo palestino pautada em questões religiosas, étnicas e nacionais. Estas realmente permeiam este agudo conflito, mas, equivocadamente, são utilizadas como explicador “natural” deste sem alcançar as relações sociais concretas que deram vida à exclusão do povo palestino de um projeto nacional viável.

A Pax Israelensis

A instituição do Estado sionista em maio de 1948, instalado sobre as terras do povo palestino, é produto de uma excepcionalidade extrema e é nesta chave que devem ser procuradas as bases da sua conduta no Oriente Médio. A correlação de forças do Oriente Médio e do sistema internacional à época da implantação do Estado sionista viabilizaram a implantação desta verdadeira instituição ocidental no interior de uma região onde religião, nível de desenvolvimento socioeconômico, urbanização e valores culturais são, nitidamente, não ocidentalizados.

A *Pax Israelensis* é, em nosso entendimento, a forma pela qual a implantação deste país algo artificial em sua posição geográfica busca condicionar de forma impositiva uma situação que está além de seu controle: a população palestina (na Faixa de Gaza, no interior do Estado sionista, na Cisjordânia, no Líbano, na Jordânia e na diáspora) é maior do que o contingente populacional de judeus que se instalaram na região. A partir daí torna-se contínuo o esforço de elaboração e implementação de uma política de controle e repressão deste contingente humano em contínuo crescimento (a “bomba demográfica”) para contornar as ameaças de legitimidade que o Estado sionista sofre continuamente.

Para lidar com a questão palestina dentro dos territórios ocupados desde a operação de limpeza étnica ocorrida entre 1947-1951, seguida pela expansão ocorrida após a Guerra dos Seis Dias (1967), denominamos a política do Estado sionista de **sionismo interno**. No relacionamento com os países vizinhos, que contenham ou não população oriunda da diáspora palestina, mas que pela sua proximidade influenciam diretamente os destinos do Estado sionista, percebemos que este utiliza-se os mesmos princípios voltados para reprimir a população palestina nos seus territórios. Chamamos esta conduta de **sionismo externo**. Também poderemos perceber que esta categoria pode influenciar as relações entre o Estado sionista e vários países da África, Ásia ou América Latina. Isto ocorre porque o Estado sionista é um típico representante daquilo

que Rui Mauro Marini denominou como país **subimperialista** (LUCE, 2011). Devemos considerar que o verdadeiro projeto territorial sionista não se resume apenas obter e controlar os territórios que atualmente ocupa; o verdadeiro projeto de formação de um Estado sionista possui um território muito maior e é conhecido como **Grande Israel**. Este eventual novo território do país não está no presente sendo implementado de forma clara, mas é citado (não sem motivos) por vários indivíduos moradores do Estado sionista como um direito nato do povo “escolhido” para ter sua morada. Avaliamos que o projeto de formação do Grande Israel é, nos dias que correm, uma espécie de “ausente presente” da orientação subimperialista do Estado sionista para ser aplicada ao Oriente Médio. Esta futura incorporação de terras de variados países vizinhos foi demonstrada claramente pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu em pronunciamentos na abertura das 78a. e 79a. Sessões de abertura da Assembleia Geral da ONU (ver KOCHER, 2024). Os mapas apresentados pelo governante apontam realidades idealizadas tanto do que o Estado sionista considera aceitável como as que não aceita como pertencentes a uma futura ordem regional. Chamaremos esta proposição do primeiro-ministro de **geo-sionismo**.

No momento em que escrevemos este artigo o norte da Faixa de Gaza e o sul do Líbano são as ambições mais próximas para a implementação do Grande Israel. Estas são evidenciadas, por exemplo, em feiras de vendas de territórios nas duas partes que ora estão em conflito (norte da Faixa de Gaza e sul do Líbano) que são ofertadas para membros da comunidade judia tanto no interior do Estado sionista, quanto na Europa e EUA.

Para toda esta arquitetura funcionar existe um adversário consolidado: a República Islâmica do Irã. Possuindo um Estado organizado, uma burocracia operante, forças armadas bem equipadas, uma política industrial que fornece condições de dar projeção de poder à sua política externa, entre outras características marcantes do poderio econômico e militar do país, o Irã representa uma ameaça real à formação do Grande Israel através do seu sionismo externo e do geo-sionismo intrínseco à esta conduta. O Irã elaborou uma estratégia própria para combater o geo-sionismo. Ela é feita através de alianças políticas e militares com atores não estatais, recursos oriundos da venda de combustível fóssil e elaboração de uma estratégia de defesa no plano regional (para além da proteção física do seu território). Trata-se da incorporação de proxies presentes em vários países da região, todos em conflito aberto com o Estado sionista. Dentre eles destacam-se o Hamas e o Hizbollah.

Este quadro complexo acima descrito possui inúmeras nuances e detalhes empíricos

que precisam ser elaborados em maior profundidade. Mas, como pressuposto de compreensão da política social genocida que está sendo ora aplicada contra o povo palestino, notamos que o Estado sionista possui uma necessidade premente e contínua de se constituir como ator relevante do ponto de vista geopolítico. Suas conexões com a Europa Ocidental e os EUA devem ser mantidos a partir da demonstração diária e intensa de que o Estado sionista está cumprindo sua missão de defender o mundo ocidental de uma ameaça oriunda do Oriente Médio e, no seu interior, do islã político.

Esta relevância que o Estado sionista procura viabilizar ao enfrentar uma realidade material espelhada pela insurgência de muitos grupos políticos e/ou Estados Nacionais, em sua maioria orientados pelo islã político, transforma esta instituição em um instrumento contundente de aplicação de uma política neocolonialista do Oriente Médio pela Europa e EUA. É esta intrincada teia de relações políticas, econômicas, religiosas e culturais que faz com que um projeto de subjugação do Oriente Médio esteja sendo aplicado por uma potência ocidental, uma espécie de proxy do projeto neocolonialista. Até mesmo a própria denominação “Oriente Médio” pertence ao escopo desta empreitada.

Sendo assim, consideramos que a *pax israelensis* tem buscado consolidar: a) o estabelecimento do Estado sionista na Palestina (ocupada); b) a expansão territorial projetada deste Estado para garantir um raio de ação e acesso a riquezas materiais (basicamente energia fóssil) e controle de rotas comerciais valiosas que encurtam o caminho entre Europa e o Oriente extremo; c) transferência de rendas para o interior do Estado sionista pelos interesses que ele representa na região; e, d) controle do processo de insurgência surgido entre a população local (e alcança o todo o mundo árabe e muçulmano) contra a presença de um Estado com características subimperiais.

Dessa forma, a *pax israelensis* é o caminho pelo qual podemos explicar a política social genocida contra o povo palestino. Não se trata de defender a soberania ou a segurança do Estado sionista, pois esta não é abalada devido ao gap existente entre o seu imenso poderio militar e aquele pertencente aos seus adversários. O ponto a ser considerado é o fato de que se não houver este clima de tensão, do tipo “choque de civilizações”, não haverá um Estado sionista viável. O clima de beligerância e/ou cooptação do Estado sionista e seus vizinhos é absolutamente necessário para viabilizar a hegemonia deste Estado na região. Se o Irã sair enfraquecido da atual contenda contra o Estado sionista ele passará a compor o quadro de submissão hegemônica a dominação deste. Esta é a *pax israelensis*. Deste processo o povo palestino não participa, pois somente a coerção (máxima) é o que o **sistema** sionista destina para esta nacionalidade. A partir dela se sustenta o consenso (máximo) existente na sociedade civil do Estado

sionista, baseado em alto padrão de vida da sua população, obtido pelo benefício de ser um país subimperialista.

Referências:

CLEMESHA, Arlene. Al Nakba, uma tragédia sem fim. **A Terra é Redonda**, 28/11/2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/al-nakba-uma-tragedia-sem-fim/>.

GALULA, D. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. New York and London: Frederick A. Praeger, Inc., 1964.

KOCHER, Bernardo. Gaza, ano zero: as raízes do Holocausto palestino [parte 14]. **Opera Mundi**, 18/10/2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/gaza-ano-zero-as-raizes-do-holocausto-palestino-parte-14>.

LUCE, Mathias Seibel. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini**. Porto Alegre, PPGH-UFRGS, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo e Neocolonialismo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.

*Professor de História Contemporânea do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense/IH-UFF. E-mail: bernardokocher@gmail.com